

Tribuna BANCÁRIA

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1622 | 15 A 20 DE JUNHO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

SANTANDER DESCUMPRE ACORDO FIRMADO COM AS ENTIDADES E PASSA A DEMITIR EM PLENA PANDEMIA



Santander

É CRUEL E DEMITE EM PLENA PANDEMIA

As entidades sindicais têm constatado demissões e prática preocupante de funcionários por todo o Brasil **(pág. 3)**

Sindicato apoia Chapa 1 – Previ para o Associado em eleições da Previ 2020 (pág. 5)

Comando Nacional define calendário da Campanha Nacional 2020, caso ultratividade não seja aprovada (pág. 8)

JOSÉ EDUARDO MARINHO ASSUME COMO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO SINDICATO

Com o licenciamento do presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, que anunciou sua pré-candidatura a vereador por Fortaleza, assume a presidência do Sindicato provisoriamente, o diretor José Eduardo Marinho, funcionário do Banco do Brasil.

Como presidente em exercício, José Eduardo Marinho, assume com o compromisso de dar continuidade ao trabalho de Carlos Eduardo, "que estará na linha de frente na defesa dos direitos dos bancários durante esses dias de pandemia e na luta por melhor qualidade de vida para o povo brasileiro, especialmente na defesa dos direitos dos trabalhadores e acima de tudo na defesa da democracia", disse Marinho.

José Eduardo Marinho é diretor do Sindicato desde 2009 e na atual gestão tem atuado na Secretaria de Imprensa e Comunicação. Tem-se colocado ativamente na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores bancários, como membro do Comando Nacional dos Bancários, conscientizando e mobilizando a categoria para a luta da classe trabalhadora.



"Sabemos que são tempos difíceis para a categoria bancária, para o trabalhador brasileiro. Em tempos de pandemia e do 'desgoverno' de Bolsonaro, os desafios são muitos, mas temos disposição para enfrentá-los e seguiremos firmes na luta", afirmou José Eduardo Marinho.

BREVES

PRESSIONADO, BOLSONARO RECUA E DEVOLVE DINHEIRO DO BOLSA FAMÍLIA

O governo Bolsonaro recuou e revogou portaria do Ministério da Economia, que havia transferido R\$ 83,9 milhões do orçamento do Programa Bolsa Família para a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência (Secom). A ideia do governo, criticada por parlamentares, governadores e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) era tirar o dinheiro dos beneficiários do programa de transferência de renda da Região Nordeste, pessoas que vivem em situação de miséria, agravada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), para usar em publicidade. A revogação da medida foi publicada no Diário Oficial da União de 9/6. A manobra da turma de Bolsonaro acendeu o alerta do órgão de controle para uma tentativa de burlar regras fiscais e usar exceções legais para os gastos da pandemia a favor de um aumento em despesas que não são emergenciais e nada têm a ver com o combate à doença.

ALCOLUMBRE DEVOLVE MP QUE PREVIA INTERVENÇÃO NAS UNIVERSIDADES

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), devolveu dia 12/6 ao Palácio do Planalto a Medida Provisória 979, de 9/6, que dava ao ministro da Educação Abraham Weintraub o poder de escolher reitores da rede federal de ensino superior durante a pandemia. Pela MP, reitores escolhidos por Weintraub ficariam nos cargos temporariamente, apenas durante a pandemia do novo coronavírus. Editada por Bolsonaro, a medida considerada autoritária excluía do processo as etapas da escolha de reitores, que inclui a consulta a professores e estudantes e a formação de uma lista com os nomes para o cargo. Assim que foi publicada, a MP recebeu críticas de entidades ligadas às universidades, que classificaram a medida de antidemocrática. Alcolumbre justificou a decisão por considerar a MP inconstitucional e também por um ato em defesa das universidades federais, que segundo ele estão desempenhando um papel fundamental nas pesquisas de combate ao coronavírus. "O Parlamento permanece vigilante na defesa das instituições e no avanço da ciência", disse. Com isso, a MP perde a validade.



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



O banco Santander descumpriu compromisso assumido com as entidades sindicais, em março último, de que não demitiria funcionários durante a pandemia causada pela Covid-19. A suspensão das demissões foi uma reivindicação do movimento sindical para que a categoria não fosse prejudicada e para impedir prejuízos ainda maiores à economia, já que muitas empresas poderiam iniciar um processo de desligamentos que levaria à explosão de desempregos por todo o Brasil.

Mesmo assim, o Santander demitiu no início desse mês pelo menos 15 funcionários em São Paulo e há denúncias de que as demissões afetaram trabalhadores de outras cidades, como Rio de Janeiro e Niterói. Esse procedimento do banco vem causando apreensão no funcionalismo por todo o país.

SEM JUSTIFICATIVA

O movimento sindical entende que não há justificativa para demissões nesse momento, uma vez que o Santander divulgou recentemente, mesmo durante a pandemia, um lucro de R\$ 3,85 bilhões nos três primeiros meses de 2020, um crescimento de 10,5% se comparado ao mesmo período de

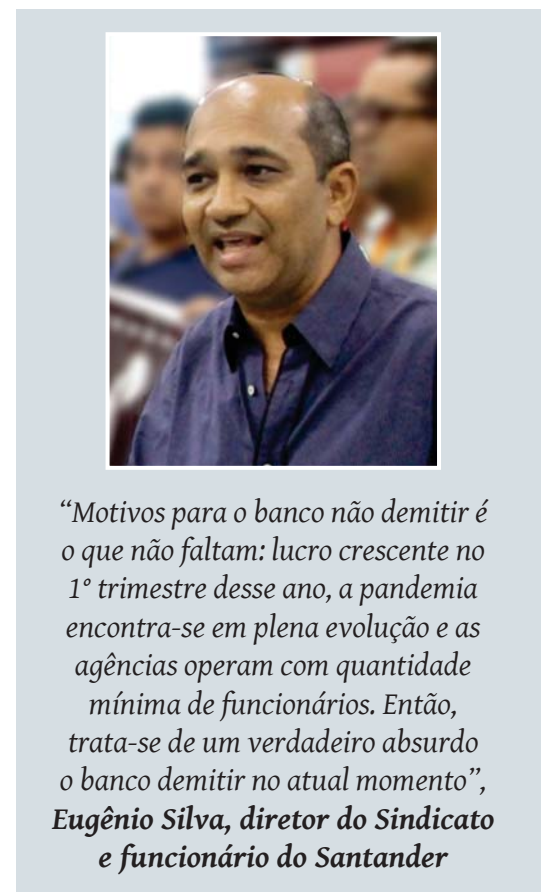
2019 (quando não havia pandemia). O resultado é tão significativo que, pelo terceiro trimestre seguido, representa quase 30% de todo o lucro que o conglomerado tem no mundo. O banco lucra mais no Brasil do que em qualquer outro país, inclusive na Espanha.

É importante enfatizar também que a receita obtida com serviços e tarifas representa uma parcela muito pequena do lucro do banco, mas elas são mais do que suficientes para cobrir toda a folha dos funcionários. Estas receitas cobrem 1,9 vezes as despesas com pessoal. Ou seja, é quase o dobro.

PRÁTICA DESUMANA DIANTE DA CURVA CRESCENTE DA COVID-19

O Sindicato dos Bancários do Ceará condena essa prática do Santander em demitir em plena pandemia, alegando que o período mais crítico da doença já passou. Apesar de o governo federal querer esconder os dados, podemos ver que os números crescem a cada dia. Segundo dados do portal G1, de 9 de junho, já foram constatados no Brasil um total de 743.047 casos e 38.543 mortes. No Ceará, já são mais de 70 mil casos e 4.406 mortos.

Além das demissões, segundo a Comissão de Organização dos Empre-



“Motivos para o banco não demitir é o que não faltam: lucro crescente no 1º trimestre desse ano, a pandemia encontra-se em plena evolução e as agências operam com quantidade mínima de funcionários. Então, trata-se de um verdadeiro absurdo o banco demitir no atual momento”, Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

gados do Santander (COE Santander), o banco já alterou, unilateralmente, o protocolo de sanitização e vem estudando o fim do home office, o que contraria as recomendações das autoridades sanitárias.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM: É PRECISO FALAR SOBRE RACISMO

Após a morte do norte-americano George Floyd, numa abordagem policial desastrosa e cruel, o mundo, e o Brasil, voltaram a discutir o racismo, com uma série de protestos abordando o racismo cultural, a violência policial e a própria conduta da nossa sociedade em pleno ano de 2020. No Brasil, os movimentos sociais lembram mortes recentes como do adolescente João Pedro, morto pela polícia do Rio, e do menino Miguel, que caiu do 9º andar de um prédio em Recife (PE), ao ser deixado sozinho no elevador pela patroa da mãe, que havia saído para passear com o cachorro da patroa, em plena pandemia. Tudo isso é fruto de um racismo institucionalizado que ainda hoje existe em nossa sociedade.

“É importantíssimo a gente refletir, parar de naturalizar aqui no Brasil esses assassinatos de jovens negros no Brasil — a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. E o quanto a gente precisa pensar esses desafios aqui dentro do nosso país, sobretudo num momento de muita repressão aos movimentos sociais, num momento de corte de políticas públicas para populações negras”, afirmou a filósofa e escritora Djamilia Ribeiro, em entrevista à BBC News Brasil.

MITO DA DEMOCRACIA RACIAL – A teoria da democracia racial foi apresentada formalmente ao Brasil pelo sociólogo Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande & Senzala*. A obra busca compreender o surgimento da formação familiar, bem como as características que definem o povo brasileiro. Assim, com a teoria sistematizada pelo autor, o mito acaba por ser reforçado. A ideia de que negros, brancos, indígenas e tantas outras raças e etnias vivem em paz e possuem direitos iguais no Brasil começou com a obra, porém, com o passar dos anos, ela acabou sendo negada. Um marco para a desmistificação da teoria da democracia racial foi a própria Constituição de 1988, que tipifica racismo como crime, isto é, confirma a existência do racismo e a realidade desigual entre pessoas brancas e negras. Caso não existisse racismo, como a legislação brasileira iria criar medidas para combatê-lo?

“Essas construções todas — e não foram à toa, são deliberadas —, essa ideia de que no Brasil somos todos mestiços, de que não tem como saber quem é negro, mas na hora de discriminar todo mundo sabe quem é, dificultou uma construção de identidade negra e os movimentos negros vêm denunciando isso, e isso também é forma de resistência”, avalia Djamilia Ribeiro.

Os atos nos EUA fizeram com que o mundo inteiro falasse sobre o assunto e, também, saísse às ruas. Isso é extremamente válido, mas o que entristece é o fato de que esse é um tema vivenciado diariamente no Brasil e que só agora somos capazes de reconhecer quando se sentiu a dor do outro. Temos que discutir o racismo, mas mais do que isso, temos que enfrentá-lo de uma vez por todas. Para convencer toda a sociedade, definitivamente, de que vidas negras realmente importam.



TIPOS DE RACISMO

Racismo cultural: O racismo cultural defende que uma cultura seja superior à outra. Pode ser exposto por meio de crenças, músicas, religiões, idiomas e afins, tudo que englobe cultura;

Racismo individual: parte de atitudes, interesses e pensamentos pessoais, inclusive de estereótipos;

Racismo institucional: praticado por instituições e comprovado por números, dados e estatísticas.

O QUE DIZ A LEI BRASILEIRA

Na lei brasileira existem punições diferentes para os crimes de racismo e injúria racial. O crime de racismo se configura quando alguém se recusa ou impede o acesso de uma pessoa a estabelecimentos comerciais, bem como entradas sociais, ambientes públicos, e também quando nega um emprego. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível, ou seja, quem praticou pode ser punido independente de quando cometeu o crime.

Já a injúria racial acontece quando a honra de alguém é ofendida usando de elementos como raça, cor, etnia, religião ou origem. Está associada ao uso de palavras com teor depreciativo e/ou ofensivo referentes à raça ou cor. O crime de injúria está previsto no Código Penal. O condenado deve cumprir pena de detenção de um a seis meses ou multa. Contudo, se a injúria conter elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou deficiente, a pena aumenta para reclusão de um a três anos.



ELEIÇÕES PREVI: SINDICATO APOIA CHAPA 1 – PREVI PARA O ASSOCIADO

O processo de eleições da Previ 2020 deverá ser retomado no dia 22/6, com votações programadas para o período de 13 a 27/7. O processo está suspenso devido a pandemia do novo coronavírus. O Sindicato dos Bancários do Ceará, assim como a maioria das entidades representativas dos bancários, apoia a Chapa 1 – Previ para o Associado, que tem o presidente em exercício do SEEB/CE, José Eduardo Marinho, como candidato a uma vaga no Conselho Fiscal.

A Chapa 1 – Previ para o Associado escolheu esse nome por entender que todas as atividades da Previ devem

estar voltadas para o associado. Tanto durante a pandemia, que coloca em risco a integridade física de bancários e familiares, como em tempos normais, onde os serviços e benefícios da Previ devem garantir o conforto e a segurança dos associados.

A Chapa 1 defende a continuidade do modelo democrático de gestão que faz frente a interferências indevidas do governo e do banco e da ação danosa dos agentes do mercado. Este modelo será fundamental para a Previ se recuperar dos efeitos negativos da profunda crise econômica mundial que abala todos os

mercados.

Os candidatos da Chapa 1 têm preparo técnico para administrar a Previ e manter a solidez da instituição. E compromisso efetivo com os funcionários para implantar melhorias nos planos de benefícios, reivindicar maiores aportes do banco, aprimorar o atendimento para aproximar a Previ dos associados, oferecer empréstimos e financiamentos às menores taxas e reduzir despesas administrativas para reduzir seu impacto nas reservas dos participantes.

Para saber mais, acesse previparaoassociado.com.br.

REPRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ESPERA DIÁLOGO COM NOVA DIRETORIA DA CASSI

A nova diretoria e os novos conselhos deliberativo e fiscal da Cassi tomaram posse em 1º de junho. As entidades representativas dos funcionários foram convidadas e participaram da cerimônia, já que cabe a elas e aos conselhos de usuários defenderem os associados e o patrimônio da Cassi.

O Sindicato entende que a renovação da direção da Cassi é uma oportunidade para que sejam retomadas negociações sobre demandas permanentes. Através da Contraf-CUT, as entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil ANABB, AAFBB, FAABB, Conselhos de Usuários da CASSI e Afabb-SP



protocolaram ofício cobrando a volta da coparticipação nos mesmos patamares de 2018.

Em meados de 2018, a Cassi promoveu o aumento dos percentuais de coparticipação para o Plano de Associados. Consultas, sessões psicoterápicas, acupuntura e visita domiciliar passaram de 30% para

40%. Diagnose e terapias – de 10% para 20%.

A situação financeira da caixa de assistência está equilibrada devido as negociações com as entidades representativas dos funcionários, o que resultou na proposta de injeção de recursos aprovada pelo corpo social.

As entidades representativas lembram que, em janeiro, entrou dinheiro na Cassi, que agora se encontra com recursos em caixa. Portanto, as coparticipações nos procedimentos médicos, consultas e exames podem voltar aos patamares anteriores, e avisam que vão cobrar esta demanda.

APÓS PRESSÃO DAS ENTIDADES, CAIXA ANUNCIA PRORROGAÇÃO DO PROJETO REMOTO ATÉ 30/6

Depois de cobrança da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a Caixa Econômica Federal anunciou, dia 12/6, em comunicado interno aos empregados, a prorrogação do "Projeto Remoto" até o dia 30 de junho.

A Contraf-CUT, assessorada pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), enviou ofício à Caixa para pedir o agendamento de reunião da Mesa Permanente de Negociações, por videoconferência. A reivindicação das entidades é que o Projeto Remoto seja prorrogado enquanto durar a pandemia.

O "Projeto Remoto" é um dos principais itens do protocolo de atuação de gestores e empregados. A medida, construída em conjunto com as entidades e o movimento sindical, é essencial para promover a saúde e defender a vida dos empregados e da população durante a pandemia. O trabalho remoto é importante para os empregados e para a população protegendo-os da contaminação e evitando a aglomeração nas agências.

Outro ponto da pauta de reivindicações é a postura do banco público de cobrar metas dos empregados em plena pandemia de coronavírus (Covid-19) e enquanto acontece o pagamento do Auxílio Emergencial. A postura, anunciada no início de junho, contraria os compromissos firmados pelo banco público, desde o início da pandemia. Em março, a direção da Caixa havia se



comprometido a suspender a cobrança de metas durante a pandemia de coronavírus. Já no começo de abril, em documento, a vice-presidência de Varejo havia afirmado que "nenhuma unidade ou empregado terá impacto na sua carreira em razão dos resultados observados enquanto durar esta fase de confinamento". Depois, no início de maio, havia comunicado a suspensão da GDP.

RELAXAMENTO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – Ao mesmo tempo em que volta com a cobrança das metas, a Caixa

também relaxa as medidas de segurança relacionadas à saúde de seus empregados, com o retorno de trabalhadores de áreas-meio que estavam em sistema de teletrabalho e mudanças nas regras de afastamento dos terceirizados. As entidades representativas dos empregados têm cobrado intensamente a Caixa para que cumpra os protocolos de combate à pandemia da Covid-19. Tais ações tem se mostrado necessárias, pertinentes e efetivas, haja vista os índices verificados do contágio e adoecimento no país, que justificam essas medidas.

BRDESCO AMPLIA APLICAÇÃO DE TESTES DE COVID-19

A pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), o Bradesco informou, dia 9/6, a extensão dos testes de Covid-19 aos funcionários, estagiários e aprendizes de Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Jundiaí, Salvador, Natal, Brasília, São Luiz, Recife, Manaus, Belém, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a aplicação dos testes, que já havia começado nas agências, agora também será estendida para departamentos e empresas ligadas.

Os trabalhadores estão sendo comunicados pelo e-mail corporativo ou pelo aplicativo whatsapp cadastrado no banco, desde terça-feira, 10/6.

HORAS EXTRAS – Depois de cobrança da COE do Bradesco, o banco informou que vai pagar horas extras para os bancários que trabalharam nos municípios que tiveram o feriado de Corpus Christi antecipado, como em Fortaleza.





FINANCIÁRIOS: PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA NACIONAL 2020 É ENCAMINHADA À FENACREFI

A Comissão de Organização dos Financiários encaminhou à Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Fenacrefi) a pauta de reivindicações dos financiários, que tem a data-base em 1º de junho.

A categoria reivindica a renovação da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) pelo período de dois anos, com validade entre 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2022, e assinatura de termo de compromisso para prorrogação das cláusulas econômicas até o mês de setembro de 2020, com a discussão futura sobre a aplicação do INPC, sobre os valores da CCT vigente, retroativa a 1º de junho de 2020. Isto corresponderá à reposição da inflação acumulada no período compreendido entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, além de aumento real para igual período e o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para os exercícios de 2020 e de 2021.

PONTOS DA PAUTA – Um dos pontos mais atuais da pauta de reivindicação é a concessão gratuitamente da vacina contra a gripe H1N1 aos empregados e seus dependentes ou ainda reembolsar as despesas com a vacinação nos exercícios de 2020 e 2021 e o debate para a criação de instrumento aditivo à CCT dos Financiários sobre a pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, a fim de minimizar os efeitos sobre a categoria.

Outros anseios dos trabalhadores em financeiras são um período maior da assistência médica e hospitalar aos empregados despedidos, a inclusão do debate sobre o combate à violência contra a mulher e criação de protocolo, nos moldes daquele firmado entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, com a inclusão de aditivo à CCT dos Financiários. A norma coletiva será destinada às mulheres financeiras que necessitem de ajuda, para superar situações de violência doméstica e familiar, visando romper o ciclo dessa violência.

Com o documento entregue, a Comissão de Organização dos Financiários aguarda o contato da Fenacrefi para iniciar a negociação. Para ler a pauta, acesse: <https://bit.ly/2YoPJSm>.

ITAÚ PRORROGA HOME OFFICE ATÉ SETEMBRO



Depois de cobranças do movimento sindical na mesa de negociação, o Itaú anunciou dia 5/6 a prorrogação do home office dos trabalhadores até o dia 2 de setembro. Anunciado em março, por conta da pandemia do coronavírus (Covis-19), o teletrabalho já abrange cerca de 70% dos trabalhadores da rede e dos departamentos.

A COE Itaú destaca que o fundamental neste momento é proteger a saúde dos trabalhadores. Não só dentro das agências, como também no caminho entre a casa e o local de trabalho. De quebra, a COE ainda garantiu a manutenção do emprego, sem alteração nos salários e nos benefícios.

A representação dos funcionários lembra ainda que os bancários do Itaú aprovaram o acordo de banco de horas negativo, que garante o emprego dos trabalhadores que estão afastados, sem trabalhar de casa. O acordo prevê ainda abono das horas devidas dos meses de março e abril e ainda desconto de 10% nas horas devidas a partir do mês de maio.

Pelo acordo, a reposição das horas devidas só pode se dar no mês seguinte ao final da quarentena, por um período de 12 meses, limitado a duas horas a mais por dia e apenas nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, a ser definido entre o trabalhador e o gestor. Também determina que caso o bancário trabalhe em sábados, domingos e feriados, essas horas não serão consideradas como reposição, portanto, terão de ser pagas como horas extras.

COMANDO NACIONAL DEFINE CALENDÁRIO DA **CAMPANHA NACIONAL 2020**

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu dia 10/6 e definiu o calendário de conferências, congressos e assembleias para dar início à Campanha Nacional dos Bancários 2020.

Esse calendário poderá ser alterado caso seja prorrogada a validade dos Acordos e Convenções Coletivas, ou se o Congresso Nacional aprovar a ultratividade discutida na MP 936. O Comando também cobrou da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), na última reunião de negociação, a resposta sobre a reivindicação para que os bancos garantam a ultratividade da CCT e dos ACTs, mas até o momento não houve resposta dos bancos.

Mesmo em isolamento social, a categoria será chamada a participar da campanha desde o princípio, com a Consulta Nacional aos Bancários, que permite a todos os trabalhadores darem sua opinião sobre temas importantes, as prioridades da campanha, as formas como os sindicatos devem se comunicar e até como pretende participar das ações da campanha. Neste ano, a consulta será totalmente eletrônica e poderá ser respondida até o dia 25/6.

As conferências estaduais/regionais começam a ser realizadas no dia 26/6 e seguem até 4/7.

Os congressos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal serão realizados de 10 a 12/7 e a Conferência Nacional dos Bancários, onde se define a minuta de reivindicações, nos dias 17 e 18/7, para a categoria deliberar sobre a pauta em assembleias que devem ser realizadas nos dias 20 e 21/7 e a minuta de reivindicações podendo ser entregue à Fenaban no dia 23/7.

Em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), todas as atividades serão realizadas por videoconferência.



Calendário da Campanha Nacional dos Bancários

De 17 a 25/6 – Consulta Nacional

Até 4/7 – Conferências Estaduais/Regionais

De 10 a 12/7 – Congressos Nacionais BB e Caixa

Dias 17 e 18/7 – 22ª Conferência Nacional dos Bancários

Dias 20 e 21/7 – Assembleias virtuais para aprovação da minuta a ser entregue à Fenaban

Dia 23/7 – Entrega da minuta à Fenaban

Cartão corporativo na berlinda

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou um pedido para que sejam apuradas possíveis irregularidades nos gastos com cartão corporativo pela Presidência da República. As despesas vieram a público no mês passado e têm sido maiores na gestão Bolsonaro do que na de seus antecessores Michel Temer e Dilma Rousseff. A decisão do plenário foi unânime. Por enquanto o tribunal decidiu instaurar uma auditoria para apurar a legalidade dos gastos. Se constatar irregularidades, o TCU pode determinar aplicação de multa ou devolução do dinheiro. Os gastos na atual gestão ficaram, em média, em R\$ 709,6 mil por mês.

Brasileiros barrados

Países europeus vão barrar a entrada de quem vive em locais em que a pandemia de coronavírus não está controlada, quando abrirem suas fronteiras externas, o que está previsto para 1º de julho, segundo a Comissão Europeia. Na prática, residentes no território brasileiro serão impedidos de entrar na Europa enquanto o Brasil não controlar a doença. O Brasil tem o segundo maior número de casos no mundo e caminha para ultrapassar o Reino Unido e ter o segundo maior número de mortes. A taxa de contágio no Brasil também continua acima de 1, o que indica transmissão fora de controle.

Campeão de mortes

Se não houver nenhuma mudança significativa no avanço da pandemia no país, o Brasil pode superar os Estados Unidos em número de mortes de covid-19 no dia 29/7, segundo projeção de um dos principais modelos matemáticos usados pela Casa Branca para definir suas estratégias. Nessa data, o Brasil teria 137,5 mil mortos e os EUA, 137 mil. As projeções foram feitas pelo Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde (IHME) da Universidade de Washington, mas não necessariamente vão se concretizar. Elas se baseiam em diversas variáveis que mudam ao longo do tempo, como o número de casos confirmados e a adesão ao distanciamento social.